



UM ESTUDO SOBRE FEMINISMOS E ATUAÇÃO DE MULHERES EM SINDICATOS DA EDUCAÇÃO¹

UN ESTUDIO SOBRE FEMINISMOS Y ACCIÓN DE LAS MUJERES EN
SINDICATOS DE EDUCACIÓN

A STUDY ON FEMINISM AND THE ACTION OF WOMEN AT EDUCATION
TRADE UNIONS

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira²

Resumo

Inserindo-se na perspectiva das investigações que articulam gênero e desigualdades sociais, este trabalho quer se centrar na percepção que, sobre este tema, apresentam feministas atuantes em sindicatos do campo da educação. Considera-se recente uma apropriação maior dos temas relativos a gênero por parte de sindicalistas, independentemente do sexo. Ser mulher sindicalista não garante conhecimentos sobre gênero nem convencimento de sua importância crucial nas relações de poder social: as percepções dos indivíduos são influenciadas mais diretamente por seus valores pessoais, discutidos e apropriados (ou não) por seu grupo político ou corrente sindical. Entretanto, as sindicalistas informantes deste estudo não apenas reconhecem a importância da categoria gênero, como a usam cotidianamente para interpretar processos sociais, inclusive considerando, a si mesmas, feministas. Neste sentido, se ainda não é uniforme a ideia de levar adiante lutas em relação a gênero entre direções sindicais, o que caracterizaria as mulheres que, sim, defendem essa pauta de ação e, além disso, identificam-se como feministas? Nossas informantes são cinco sindicalistas renomadas no âmbito da Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação – CNTE, organização formada por 52 sindicatos da educação básica pública brasileira. A partir de entrevistas, foram abordados os seguintes aspectos: suas trajetórias políticas; o processo pelo qual se tornaram feministas e que concepções têm sobre os feminismos; como ocorrem as articulações entre mulheres feministas e sobre o que elas atuam. Os resultados da análise, em termos de empoderamento feminino, são dois. Primeiro, a importância da sororidade para formar novos quadros – o empoderamento é algo que se produz coletivamente; segundo, a importância das cotas para exercitar a construção cultural de que as mulheres também podem ser dirigentes. Ademais, em termos de concepção de feminismo, as mulheres parecem indicar características próximas as do feminismo radical, passando pelo socialista e chegando à concepção interseccional.

¹ Agradeço ao CNPq pelo financiamento do estudo, sob forma de Bolsa de Produtividade em Pesquisa; à minha equipe de pesquisa na ocasião, formada por Alexandra Garcia Mascarenhas, Luciano Pereira dos Santos e Rogéria Aparecida Garcia, por sua colaboração na coleta e tratamento de dados; e às entrevistadas, por sua disposição e generosidade ao compartilhar suas experiências.

² Doutora em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil – marciaondina@uol.com.br

Palavras-chave: feminismos; gênero; mulheres; sindicalismo de trabalhadoras/es em educação; trabalho docente

Resumen

Ubicándose en la perspectiva de las investigaciones que articulan las desigualdades sociales y de género, este trabajo quiere centrarse en la percepción que, sobre esto, tienen las feministas activas en los gremios en el campo de la educación. Se considera reciente una mayor apropiación de temas relacionados con el género por parte de sindicalistas, independientemente del género. Ser mujer sindicalista no garantiza el conocimiento sobre género ni el convencimiento de su importancia crucial en las relaciones sociales de poder: las percepciones de los individuos están más directamente influidas por sus valores personales, discutidos y apropiados (o no) por su grupo político o corriente sindical. Sin embargo, las informantes de este estudio no sólo reconocen la importancia de la categoría género, sino que la utilizan cotidianamente para interpretar los procesos sociales, incluso considerándose feministas. Así, si la idea de realizar luchas relacionadas a género entre las dirigencias sindicales aún no es uniforme, ¿qué caracterizaría a las mujeres que sí defienden esta agenda de acción y, además, se identifican como feministas? Nuestras informantes son cinco sindicalistas de renombre en el ámbito de la Confederación Nacional de los Trabajadores de la Educación - CNTE, organización formada por 52 sindicatos de educación básica pública en Brasil. A partir de entrevistas se abordaron los siguientes aspectos: sus trayectorias políticas; el proceso por el cual se hicieron feministas y qué concepciones tienen sobre los feminismos; cómo se dan las articulaciones entre mujeres feministas y sobre qué actúan. Los resultados del análisis, en términos de empoderamiento femenino, son dos. Primero, la importancia de la sororidad para formar nuevos cuadros – el empoderamiento es algo que se produce colectivamente; segundo, la importancia de las cuotas para el ejercicio de una cultura en la que las mujeres también puedan ser líderes. Además, en cuanto a la concepción de feminismo, las mujeres parecen indicar características cercanas a las del feminismo radical, pasando por el socialista y llegando a la concepción interseccional.

Palabras clave: Feminismos; género; mujeres; sindicalismo de trabajadoras/es de la educación; trabajo docente

Abstract

Placing itself in the perspective of investigations that connect gender and social inequalities, this work aims to center in the perception that, under the present theme, it brings women who work hard in trade unions in the field of education. It is considered recent a larger appropriation of themes regarding gender by unionists, regardless of gender. Being a unionist woman does not assure knowledge about gender nor persuasion of its crucial relevance in social power relationships: the perceptions of individuals are influenced more directly by their personal values, discussed and appropriated (or not) by their political group or union bias. However, the informant unionists from this study not only acknowledge the importance of gender as well as they use it on a daily basis to interpret social processes, even considering themselves as feminists. In this regard, if it is still not uniform the idea concerning the fact of putting into practice the fights regarding gender among union boards, which would characterize the women that, surely, defend this agenda of action and, besides that, identify themselves as feminists? Our informants are five well-known unionists in the scope of the Education Workers National

Confederation – CNTE, an organization formed by 52 Brazilian public basic education trade unions. As of the interviews, the following aspects were approached: their political history; the process by which they became feminists and what idea they have about feminism; how the partnerships take place between feminist women and about what they work on. The analysis results, in terms of female empowerment, are two. First, the importance of sorority to form new directing boards – empowerment is something that is produced collectively; second, the importance of quotas to practice the cultural construction that women can also be leaders. Furthermore, in terms of the conception of feminism, the women seem to indicate characteristics close to radical feminism, going through socialist feminism and reaching an intersectional conception.

Keywords: feminisms; gender; women; education workers trade union; teaching work

1 Caracterização do estudo: problema, objetivos e procedimentos metodológicos

Embora em anos recentes seja visível, no Brasil, o aumento de teses e dissertações sobre gênero e sindicalismo de trabalhadoras/es da educação, cumpre dizer que a *divulgação* de investigações a respeito continua pequena. Para ter-se apenas uma ideia, nada sobre o tema foi publicado, de janeiro de 2016 até maio de 2022, em duas importantes revistas feministas (Estudos Feministas – 19 números e Cadernos Pagu – 19 números) e em três importantes revistas educacionais (Revista Brasileira de Educação – 13 números; Educação e Pesquisa – 13 números; Cadernos de Pesquisa – 22 números, sendo que esse periódico tem por objeto artigos sobre educação, gênero e etnia). Em minha opinião, o tema (gênero e orientação sexual) ainda é marginal dentro de um campo de pesquisa (sindicalismo em educação) igualmente pouco valorizado.

Algumas das dissertações e teses mais recentes que tive a oportunidade de consultar, no que se refere ao ensino básico, em sua maioria são estudos de caso. Importantes por tentar descortinar um cenário pouco visto, em grande parte são pesquisas desenvolvidas por mulheres ativistas sindicais, que buscam proporcionar conhecimento sobre sua realidade. Desta forma, Ücker (2019) volta-se à participação feminina no 24º Núcleo do CPERS/Sindicato, tentando ver como mulheres que atuam na condição de representantes de escola se constituem em sindicalistas. Cabe indicar, aliás, que o tema da participação feminina prepondera num conjunto de pesquisas concluídas entre 1993 e 2009 e

analisadas por Coronel (2014). Em seu estado da arte, a autora centrou-se nos usos do conceito de gênero presentes em estudos que, maiormente voltados à desigualdade de gênero, consideravam a situação da mulher nos sindicatos.

Por sua vez, Dantas (2017), Silva (2017), Mendes (2019) e Mazeto (2021) observaram, no SINTESE, Sind-UTE e APP-Sindicato (as duas últimas), como e se havia atenção às demandas das mulheres nas pautas de reivindicações, resoluções congressuais e/ou outros documentos elaborados nas instâncias sindicais. As pesquisadoras concluem que a incompreensão da importância da luta das mulheres ocorre pela imposição da pauta classista, ocultando as especificidades de gênero, mesmo quando se considera que a presença feminina vem aumentando nas diretorias das organizações.

Em termos da minha perspectiva de análise, importa reconhecer as práticas culturais de produção e reprodução do gênero no espaço sindical, ou seja, o enfoque difere dos estudos citados. Assim, tenho trabalhado com *homens e mulheres sindicalistas*. Por uma parte, então, o objeto são as *interações homens/mulheres*, sustentada mais propriamente nas relações de gênero (FERREIRA, 2008; FERREIRA; CORONEL, 2012). Por outra parte, tenho estudado *mulheres que venceram as dificuldades* colocadas ao seu grupo social e tornaram-se lideranças sindicais.

Um resultado significativo desse último gênero de pesquisa é que, mesmo entre mulheres empoderadas, componentes de uma mesma diretoria de sindicato da educação básica, há profundas diferenças de compreensão sobre a importância do gênero nas lutas sindicais e sociais e na constituição de cada uma como ativista (FERREIRA, 2017; FERREIRA, 2021). Isso permitiu concluir sobre a existência de discrepâncias, também, entre as políticas sindicais majoritárias sobre gênero - apresentadas pela CNTE/Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação - e o encaminhamento dessas junto às bases sindicais.

Tomando por referência o resultado indicado para dar continuidade à pesquisa, aqui reencaminho a análise e restrinjo o grupo investigado: neste texto quero centrar minhas reflexões nas possíveis relações entre feminismos³ e atuação de mulheres em sindicatos de trabalhadoras/es em educação. O foco, então, volta-se apenas às mulheres ativistas e que se identificam com alguma corrente feminista, ou, ao menos, se dizem feministas. O

³ O termo no plural busca evidenciar a multiplicidade de teorias que coabitam o mesmo momento histórico e que se retroalimentam.

que se busca em suas contribuições são questões relativas a gênero e feminismos, em termos de influências em sua formação e em sua atuação política. Ou seja: se ainda não é uniforme a ideia de levar adiante lutas em relação a gênero entre direções sindicais, o que caracteriza as mulheres que, sim, defendem essa pauta de ação e, além disso, identificam-se como feministas?

Quanto aos procedimentos metodológicos, foram feitas entrevistas com cinco sindicalistas, após contatos realizados a partir de uma lista de nomes indicados pela CNTE. Todas as informantes têm grande representatividade no cenário nacional do movimento de trabalhadoras/es em educação. São líderes sindicais reconhecidas nacional e internacionalmente. O principal critério para sua seleção foi o de terem sido presidentas de seus sindicatos de base no passado (desde a década de 1990), posto que as presidências das organizações, ainda hoje, apresentam um número de homens bastante superior à sua presença na base do movimento.

Três dessas mulheres foram entrevistadas presencialmente e duas enviaram suas respostas às questões via e-mail; todas elas assinaram um termo de consentimento e permitiram o uso de seus nomes próprios. As entrevistas, depois de transcritas, foram enviadas às informantes para sua validação. Cabe assinalar que há diferenças qualitativas e, mesmo, quantitativas, nas informações obtidas por uma ou outra forma de coleta de dados, porque a falta de interação direta entre pesquisadora e sujeitas limitou o aprofundamento de determinados temas quando as entrevistas foram respondidas por escrito (e-mail). Tentei dirimir tais lacunas recorrendo a artigos publicados por algumas das sujeitas, páginas WEB de sindicatos, atas da CNTE e entrevistas já realizadas em outros contextos de pesquisa, fontes que serão indicadas caso necessário. A apresentação das entrevistadas ocorre na seção 4.1.

Na sequência, vou elencar elementos da construção teórica que sustenta minhas reflexões, para em seguida informar como está a representação de mulheres em diretorias de sindicatos filiados à CNTE. Depois, apresento a perspectiva das entrevistadas sobre os temas em questão. Finalmente, traço algumas linhas à guisa de conclusão.

2 Situando a interpretação dos dados

A discussão feminista tem produzido uma série de conceitos fruto dos avanços e ampliação dos feminismos frente às transformações históricas mais gerais. Empoderamento – “aquisição de poder”, segundo a tradução brasileira de Bhabha (2001) -, por exemplo, pode ter um sentido genérico ou pode ser mais bem problematizado conforme a autora ou perspectiva adotada. Outro exemplo é o próprio conceito de gênero, enquanto teoria interpretativa das relações históricas de poder entre homens e mulheres, que adquire mais relevância dentro de algumas abordagens enquanto, em outras, torna-se praticamente um estorvo, um limitador a dificultar a compreensão de diferentes identidades.

De fato, os feminismos como movimentos são caracterizados pela ação, não podendo ser identificados literalmente com teorias feministas específicas. Essas se dirigem à sociedade para interpretar a condição das mulheres; aqueles, conforme suas interpretações, querem ressignificar a cultura e influenciar as políticas, para criar nova condição. As teorias pensam sobre o simbólico e o material; os movimentos querem performatizar o simbólico e o material.

Neste sentido, um empreendimento importante para o contexto em que vivemos seria situar a discussão das transformações dos feminismos no âmbito do recrudescimento do neoliberalismo e dos valores culturais da nova direita, bem como aprofundar o conhecimento sobre feminismos utilizando o enfoque Norte-Sul. Aqui, contudo, apenas traçarei um breve esboço dessa iniciativa, centrando-me no que se refere ao movimento de trabalhadoras em educação em nosso país.

Várias autoras têm examinado o desenvolvimento dos feminismos mais recentemente, assim como têm procurado lançar abordagens para interpretar o que vem acontecendo longe do núcleo “desenvolvido” do mundo. Contamos, por exemplo, com as contribuições do feminismo negro, que destaca que diferentes formas de discriminação e desigualdade afetam cada grupo social também de forma diversa, conforme a posição de cada pessoa nas relações (sociais) de poder. Argumentam que muito da elaboração dos feminismos foi feita tendo em conta a experiência de mulheres brancas, o que pode ter conduzido à universalização do conceito de mulher, uma mulher genérica que, em última

análise, não corresponde à experiência de uma grande parte das mulheres não-brancas (COLLINS, 2019a).

Em linha semelhante, Sueli Carneiro (2019) diz que há que enegrecer o feminismo, pois é preciso lembrar que a violação de mulheres negras por homens brancos, na experiência colonial, foi o que determinou o mito da democracia racial. Compreender esse processo por meio do feminismo negro permite situar o “o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades” (CARNEIRO, 2019, p. 315).

Mas, assim como Audre Lorde (2019, p. 236), que afirma não haver “hierarquia de opressão”, há quem reivindique articulação entre diferentes grupos oprimidos. Gloria Anzaldúa se reconhece como *mestiza* e, por isso, atravessada por várias culturas. Conquanto essas contribuições culturais diferentes possam atacar-se mutuamente, como um vírus e o sistema de imunidade, ela acredita que ao aceitar a ambiguidade se pode criar uma terceira via, uma síntese que supere todas as partes envolvidas, conectando entre si pessoas de “todas as cores, todas as classes, todas as raças, todas as épocas” (2019, p. 331).

Com efeito, as abordagens que se situam como pós-coloniais, em suas várias nuances, constroem suas análises sobre os resultados do colonialismo no que respeita à opressão das mulheres. Grupos de mulheres oprimidas, mestiças e inseridas numa forma capitalista diferente daquela que existe no “norte” do mundo desenvolvem processos de resistência que devem ser compreendidos por meio do que María Lugones chama de “feminismo decolonial” (2019).

Em algumas das análises citadas o tema do empoderamento adquire uma forte ressignificação. Eu não me empodero simplesmente, mas o faço em conjunto, a partir do que partilho com minhas companheiras. Collins frisa isso muito bem. As mulheres negras, em sua resistência, têm atrás de si uma consciência coletiva. Embora seja uma tarefa complexa, é preciso “encontrar uma voz para expressar um ponto de vista coletivo e autodefinido” (COLLINS, 2019b, p. 274). Isso promove e é empoderamento. Empoderamento individual não serve de muito aos feminismos.

Essas contribuições não vêm para paralisar a discussão, muito ao contrário, representam seus movimentos em várias ondulações. Inserem as especificidades. Atualizam as vertentes da interseccionalidade, conceituada por Heloísa Buarque de Hollanda como “o estudo de como a sobreposição ou a intersecção de identidades sociais, particularmente das identidades minoritárias, são diretamente relacionadas aos sistemas e estruturas da dominação e da discriminação” (2019, p. 15). Focalizam as análises no “sul” do mundo, não apenas porque estudam os contextos pós-coloniais, mas também propondo interpretações autóctones, desenvolvendo “lugares de fala”, enunciando discursos próprios, sem mediações.

As análises que acrescentam matizes novos à nossa paleta de cores permitem, também, visualizar movimentações bastante atuais no cenário brasileiro. Desde o período pós-constitucional vislumbramos um crescendo de lutas e ganhos em prol das mulheres em nosso país. Marlise Matos fala, mesmo, de uma “quarta onda” do feminismo, “indo na direção de consolidação a partir dos anos 2000, reforçando o caráter anti ou pósneoliberal promovido pelos movimentos” (2010, p. 81). Essa “quarta onda” poderia ser definida como:

um processo de “democratização de gênero no âmbito das instituições e da (re)formulação de políticas públicas”, assim como de revitalização da agenda clássica do feminismo na busca por direitos, desta vez a partir dos desafios colocados pelo movimento contemporâneo de transnacionalização do feminismo, de globalização das agendas locais das mulheres e de fermentação das estratégias feministas horizontais (MATOS, 2010, p. 83).

Em seu relato da investigação sobre os feminismos presentes entre as mulheres que participaram das Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres em 2011 e 2016, Simões (2018) indica uma série de aspectos relevantes para este estudo. Analisando as respostas à pergunta “o que é o feminismo para você?”, a pesquisa chegou à quatro temáticas principais. A primeira delas enxerga o feminismo negativamente (“radical negativo”). Na segunda o feminismo é entendido como igualdade de direitos, mas sem enfatizar “as dimensões transformadoras, de empoderamento e autonomia do feminismo” (p. 67). Na terceira temática transparecem “direitos, autonomia e empoderamento das mulheres”, isto é, se associam questões relativas a direitos com outras mais próximas a ideais de liberdade. Por fim, a quarta categoria é emancipatória, agrupando

definições⁴ que apontaram desigualdades não apenas intergênero, mas também as desigualdades intragênero, ou seja, as diferenças entre as mulheres, com base em qualquer menção a um ou mais fatores em uma perspectiva interseccional (por exemplo, raça, classe social, orientação sexual e identidade de gênero), e também menções de ideais coletivos de igualdade e justiça social (SIMÕES, 2018, p. 68).

Mas Simões destaca que, para atribuir-se o caráter de interseccional ao feminismo das mulheres ativistas, se fazem necessárias algumas condições:

O conceito de feminismo interseccional requer não apenas a participação em múltiplos e diversos movimentos, grupos, redes e entidades, mas também a consciência, a vivência e a promoção das interconexões entre as lutas pela igualdade de gênero e aquelas contra os principais sistemas e estruturas de desigualdades sociais e políticas (SIMÕES, 2018, p. 76).

Passando, agora, relativamente ao caso do sindicalismo, vale lembrar que, apesar da resistência de seus companheiros de trabalho e de movimento sindical (SOUZA-LOBO, 1991), a organização das trabalhadoras brasileiras do campo e da cidade em prol de suas reivindicações específicas começa a se alargar a partir da década de 1980. Por esse motivo, as centrais sindicais tiveram que incluir esse debate e criar organismos que pudessem sistematizar aquelas reivindicações, ou seja, naquela ocasião, secretarias da mulher. Assim, por similitude com a CUT/Central Única dos Trabalhadores, à qual está filiada, a CNTE criou uma Secretaria da Mulher Trabalhadora em 1993⁵.

Mas foi apenas em 2002, quando da posse da única mulher presidente da confederação (Juçara Maria Dutra Vieira) que tal secretaria mudou de nome, ampliando seu escopo: trata-se, agora, de uma Secretaria de Relações de Gênero, responsável por

coordenar e desenvolver as atividades pertinentes às relações de gênero dos trabalhadores em educação no âmbito da CNTE; subsidiar as instâncias e as afiliadas formulando políticas e coordenar campanhas nacionais, que visem o incentivo a organização e participação das trabalhadoras em educação⁶.

Desde aí a temática ganha maior preponderância na confederação. A Revista Matria foi criada em 2003, e em todos os dias 8 de Março sai um número com artigos de opinião, de

⁴ Definições essas apresentadas por somente 15% das respondentes aos questionários em 2011 e 10% em 2016.

⁵ Possivelmente. Encontrei o cargo na “Ata de Posse da Executiva Nacional, biênio 93/95” (CNTE, 1993), porém não localizei a ata de posse anterior, apenas a ata relativa ao biênio 1989/1991, na qual não consta o cargo (CPB, 1989).

⁶ Conforme: <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/institucional/secretarias/secretaria-de-relacoes-de-genero>. Acesso em: 10 maio 2023.

divulgação, um encarte teórico, proposições de atividades em sala de aula etc. Inicialmente voltada ao tema da mulher, passou a fazer também discussões sobre identidade de gênero e orientação sexual.

Ao mesmo tempo observamos uma ampliação do debate sobre a estrutura sindical, de forma a permitir um crescimento da participação das mulheres nas direções. Também se criam coletivos de mulheres e de LGBTQI+, e algumas sindicalistas passam a frequentar eventos da Rede Internacional de Mulheres da Internacional da Educação da América Latina/IEAL e da Marcha Mundial de Mulheres.

Ainda no plano organizacional, percebe-se que a maior parte das correntes sindicais atuantes na CNTE vem apresentando aportes sobre gênero e diversidade sexual para as resoluções tomadas em seus Congressos (SANTOS, 2020). Igualmente significativa foi a instituição da paridade na diretoria executiva, em 2017, não apenas pela ampliação numérica, mas porque mais mulheres ocuparam cargos de maior importância. Assim, na gestão 2017/2021 tivemos um homem na presidência e três mulheres nas posições de vice-presidenta, secretária geral e secretária de finanças. A direção que começou em 2022 repete essa configuração. A Revista *Mátria* explica essa conquista da seguinte maneira:

Com a conquista da paridade na CNTE, as mulheres sindicalistas estão enfrentando o círculo vicioso do machismo e do patriarcado, presente na sociedade e no movimento sindical. Elas estão alcançando cada vez mais reconhecimento e condições necessárias para que, de fato, a igualdade de gêneros aconteça no mundo do trabalho e em todos os espaços de representação (VIEIRA, 2017, p. 41).

Por outra parte, a interferência da Internacional da Educação (IE) é bastante visível, como afirma Juçara Vieira. Ela relata que a participação na IE, começada aproximadamente quando ela era Secretária de Relações Internacionais da CNTE, acabou por impulsionar uma série de agendas. A IE forneceu instrumentos de percepção e interpretação de muitas problemáticas:

E essas duas questões, que são as políticas LGBT e a questão de gênero... Nós impulsionamos aqui, por exemplo, as redes de mulheres muito em função da criação da rede de mulheres latino-americana, que foi uma reunião que fizemos em Buenos Aires, com algumas pessoas da IE que eram latino-americanas, uma mexicana e uma argentina. Nós estávamos em dez mulheres quando começamos a rede. Hoje a rede é muito forte, muito consistente. E, na medida em que nós fomos participando, fomos também internalizando as políticas. As nossas primeiras produções sobre LGBT são quase traduções daquilo que era política da IE, que, como mais ampla, mais plural, já tinha mais reflexão. Então, nós começamos a produzir os nossos materiais (FERREIRA et alii, 2017, p. 12).

De fato, o programa da IE voltado às desigualdades de gênero é sólido e define a política para gênero como transversal. A IE incentiva a igualdade de gênero nos sindicatos, no sistema educacional e na sociedade como um todo, fundamentos estabelecidos desde a sua fundação, em 1995 (IE, 2016; EI, 2020). No que se refere à promoção da igualdade de gênero nos sindicatos, as estratégias definidas, se executadas, permitiriam uma modificação substancial na representação: especificar postos-chave para as mulheres (presidência, vice presidência, secretaria geral, componentes das diretorias executivas); estimular a atuação de jovens mulheres sindicalistas; estabelecer sistemas de cotas; criar/fortalecer organismos de mulheres nos sindicatos; compreender os obstáculos à participação das mulheres nos sindicatos; e incorporar a questão da igualdade de gênero no cotidiano sindical (IE, 2016; EI, 2020).

Na continuidade deste relato vou sintetizar como está a presença feminina nas direções de sindicatos ligados à CNTE.

3 Reconhecimento e representação feminina em sindicatos da CNTE

O acompanhamento da elaboração de políticas no sindicalismo em educação denota que a pressão das mulheres conduziu, gradativamente, à ampliação da representação feminina nas direções, tendo como referência forte a instituição da paridade de gênero na direção executiva da CNTE, a partir de 2017. Contudo, uma lacuna, neste processo de conquistas, se refere à representação nos principais cargos de direção, mais especialmente a presidência dos sindicatos.

Computando presença masculina e feminina em 25 sindicatos filiados à CNTE (a qual estão filiados 52 sindicatos) é possível comparar resultados obtidos em 2015⁷ (FERREIRA *et alii*, 2018) com resultados coletados em 2019⁸. Os sindicatos foram selecionados por sua representatividade - derivada do número de filiadas/os, número de seções sindicais e redes de ensino as quais suas categorias pertencem -, na quantidade de um por estado, menos Rio de Janeiro, onde não há sindicato filiado à CNTE, e excetuando

⁷ Os dados foram construídos entre maio e agosto de 2015.

⁸ Os dados foram construídos entre janeiro e junho de 2019.

o SINTEAC/AC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre), por não haver conseguido contato por nenhum meio. Os sindicatos estão indicados no Quadro 1.

No que tange, então, à proporcionalidade de gênero nessa amostra de sindicatos, primeiramente é preciso dizer que se mantêm a preponderância masculina nas direções, numa carreira eminentemente feminina: os homens alcançam 48% da representação em 2019 (em 2015 representavam 50% das diretorias), enquanto conformam, em 2021, apenas 20,7% do professorado do ensino básico (INEP, 2021).

Em segundo lugar, diferenças quantitativas e qualitativas são perceptíveis de 2015 para 2019, bem como há diversidade de resultados entre as regiões do país.

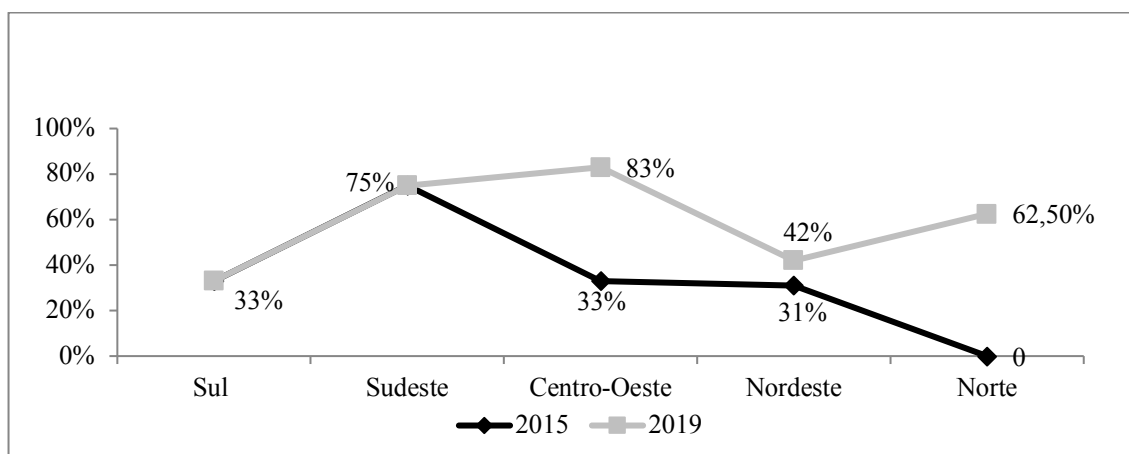
Quadro 1 - Pertencimento a redes de ensino das categorias de 25 sindicatos selecionados filiados à CNTE

REGIÃO NORTE
SINTEAM/AM (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas) – Estadual e municipais
SINTEAM/AM (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas) – Estadual e municipais
SINTEAM/AM (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas) – Estadual e municipais
SINTEPP/PA (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará) - Estadual e municipais
SINTER/RR (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima) - Estadual e federal
SINTERO/RO (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia) - Estadual, federal e municipais
REGIÃO NORDESTE
SINTEAL/AL (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas) - Estadual e municipais
APLB/BA (APLB Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia) - Estadual e municipais
APEOC/CE (Sindicato dos Servidores Públicos lotados nas Secretarias de Educação e de Cultura do Estado do Ceará e nas Secretarias ou Departamentos de Educação e/ou Cultura dos Municípios do Ceará) - Estadual e municipais
SINTEPE/PB (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba) - Estadual
SINTE/PI (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí) - Estadual
SINTE/RN (Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública do Rio Grande do Norte) - Estadual e municipais
SINTEPE/PE (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco) - Estadual e municipais
SINTESE/SE (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial de Sergipe) - Estadual e municipais
SINPROESEMMA/MA (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão) - Estadual e municipais
REGIÃO CENTRO-OESTE
FETEMS/MS (Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul) - Estadual e municipais
SINPRO/DF (Sindicato dos Professores no Distrito Federal) - Rede pública de ensino do DF
SINTEGO/GO (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás) - Estadual e municipais
SINTEP/MT (Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso) - Estadual e municipais
REGIÃO SUDESTE
SINDIUPES/ES (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo) - Estadual e municipais
SIND-UTE/MG (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais) - Estadual e municipais
APEOESP/SP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) - Estadual e municipais
REGIÃO SUL

APP/PR (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná) - Estadual e municipais
SINTE/SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina) - Estadual e municipais
CPERS/RS (Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação) - Estadual

Fonte: elaboração do Grupo de Pesquisa, com dados coletados nos sítios das organizações, 2021.

Gráfico 1 - Presidência feminina em 25 sindicatos filiados à CNTE - 2015/2019



Fonte: elaboração do Grupo de Pesquisa, com dados coletados nos sítios das organizações, 2021.

Se tomarmos, então, as regiões do país, conforme pode ser visto no Gráfico 1, comparando-se resultados do ano de 2015 com os de 2019 encontramos aumento do número de mulheres presidentes nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, mantendo-se iguais os números relativos às regiões sudeste e sul. No caso da região norte há aumento substancial, porque em 2015 não havia mulher presidente em nenhum dos sindicatos analisados.

Em compensação, conforme a Tabela 1, mais homens estão presentes nas vice-presidências e tesourarias em 2019. Mas contamos mais mulheres do que homens na totalidade dos cargos, devido, principalmente, à diminuição do número de homens nas diretorias dos sindicatos da região sudeste. De todas as formas, o que se pode dizer a respeito da representação feminina é que é preciso galgar mais espaços ainda, sem querer, evidentemente, pensar numa representação meramente estatística.

Entretanto, é preciso reforçar o elemento que me parece mais significativo em termos qualitativos: o crescimento de mulheres presidentes nas regiões norte e centro-oeste num

curto período, o que poderia ser resultado de políticas de equidade de gênero mais explícitas, hipótese que fica a descoberto até uma próxima investigação.

Para concluir esta síntese, indico que consulta às teses das correntes sindicais que participam das disputas nos congressos da CNTE mostra um crescimento da ênfase aos temas relativos à gênero e diversidade cultural, como pode ser visto no trabalho de Santos (2020). A influência das políticas para gênero, elaboradas no âmbito da IE, também tem sido importante, como já foi dito e como se verá no depoimento de algumas sindicalistas.

Tabela 1 - Cargos de direção, segundo o sexo, em sindicatos selecionados filiados à CNTE, conforme regiões do Brasil – 2019

Regiões	Presidência		Vice- Presidência		Secretaria Geral		Tesouraria		Demais Secretarias		Total		Total Gera l
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
NORTE (%)	3 37,5	5 62,5	2	1	5	4	9	1	66	50	85	61	146
NORDESTE (%)	7 58	5 42	5	3	7	10	7	11	99	119	125	148	273
CENTRO- OESTE (%)	1 17	5 83	2	1	2	3	5	4	38	49	48	62	110
SUDESTE (%)	1 25	3 75	1	0	3	1	2	1	64	72	71	77	148
SUL (%)	2 67	1 33	1	2	1	2	2	1	20	24	26	30	56
Totais – Brasil (%)	14 42	19 58	11 61	7 39	18 47	20 53	25 58	18 42	287 48	314 52	355 48	378 52	733

Fonte: elaboração própria, com dados coletados nos sítios das organizações, 2021.

4 Os feminismos que dão forma aos ativismos das professoras

Pode-se dizer que só recentemente existe uma apropriação maior dos temas relativos a gênero por parte de sindicalistas, tanto homens quanto mulheres, sem haver consenso sobre a conveniência do uso do gênero como categoria para a interpretação das desigualdades sociais. Ser mulher não garante esse conhecimento e convencimento: as percepções dos indivíduos são influenciadas mais diretamente por seus valores pessoais, discutidos e assimilados (ou não) por seu grupo político ou corrente sindical (FERREIRA, 2018).

Entretanto, no que se refere às nossas entrevistadas essa situação não se aplica, porque elas são, sim, pessoas que reconhecem a importância da categoria gênero, a usam em seu cotidiano como ferramenta interpretativa de processos sociais e, inclusive, consideram a si mesmas feministas.

Antes de discorrer sobre esses temas, é importante narrar algo da trajetória⁹ política das entrevistadas, pois isso nos ajuda a compreender os desafios pelos quais tiveram que passar em sua carreira e a influência deles para sua definição como feministas. Vale dizer que os dados não são exaustivos, e que o último cargo elencado corresponde ao exercido no ano de 2019, salvo quando outra data estiver indicada.

Observe-se que, pela faixa etária, as mulheres vivenciaram várias mobilizações sociais, em nosso país, que contaram com a participação de movimentos feministas ao menos desde os anos 1970. Isso é especialmente mais preciso no caso das mulheres com mais idade, que seguramente foram embaladas por algumas das ondas feministas.

4.1 Trajetórias políticas

Claudir Mata Magalhães de Sales, autoidentificada como mulher branca; 54 anos à altura da entrevista; um filho e duas filhas. Membro da corrente Articulação Sindical; filiada ao PT. Presidenta do SINTERO/RO (2005/2007, 2007/2009 e 2009/2011); membro da Secretaria Executiva da CNTE (2011/2014, 2014/2017); Secretária de Política Sindical do SINTERO/RO.

Claudir, na ocasião Secretária de Política Sindical do SINTERO/RO, é bastante objetiva quanto à sua história política: “*sempre fui participativa*”. Fez parte do diretório acadêmico à época da faculdade e, quando supervisora de escola em Ji-Paraná, foi convidada por uma amiga para entrar numa chapa para concorrer à eleição da diretoria sindical:

Entrei só por entrar mesmo, nem fiz campanha e fomos eleitas porque estava realmente abandonado. Fui eleita pela chapa de oposição na regional e a executiva foi eleita a da direção anterior, aliás eu era da chapa de oposição. Aprendi muito, fui eleita presidente em uma conjuntura machista na qual tive

⁹ Assume-se, aqui, a concepção de trajetória desenvolvida por Bourdieu (1996, p. 292): uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos”.

que enfrentar e combater muitos companheiros que não aceitavam uma mulher que veio da oposição e que era do interior. Mas superamos e fizemos uma gestão democrática muito boa. Nessa luta senti a necessidade de filiar-me em um partido e fui convidada a filiar-me no PT.

Esclarece ter ocupado “*todos os cargos do sindicato*”, tendo sido reeleita presidente por três gestões de dois anos¹⁰. Primeira mulher presidente do SINTERO/RO, Claudir também ocupou cargos na CNTE (Secretaria Executiva, gestões 2011/2014 e 2014/2017) e em 2012 foi candidata à vereadora em Porto Velho, pelo PT. Aliás, Claudir primeiramente começou a participar da corrente sindical (Articulação) e anos depois filiou-se ao PT.

Marlei Fernandes de Carvalho, autoidentificada como mulher branca; 50 anos quando entrevistada, uma filha. Filiada ao PT e membro da corrente CUT Socialista e Democrática (CSD). Secretária de Organização no Núcleo de Maringá da APP-SINDICATO (1996); Secretária de Formação Sindical da APP-SINDICATO (1999); Secretária Educacional da APP-SINDICATO (2002/2005); Secretária de Organização da CNTE (2005/2008); Presidenta da APP-SINDICATO (2008/2011 e 2011/2014); Secretária de Finanças da APP-SINDICATO (2014); Vice-presidenta da CNTE (2017/2022).

Marlei diz ser oriunda das Pastorais da Juventude. Quando estudante “*participava de tudo quanto é movimento, mas ainda não tinha uma militância sindical*”. Foi apenas em 1990 que começou a participar do sindicato, por interferência de vários amigos docentes e filiados. A sequência de cargos é grande, e a entrevistada assinala que foi uma ascensão bastante rápida:

Em 93 já participo da primeira gestão dos professores que eram oposição no Paraná, uma oposição cutista, que era o ascenso das direções cutistas naquele momento, mas vou para uma direção de Núcleo sindical em 96, 1996. Então desde 90 comecei a participar, em 91, 92, 93 já ajudo nas eleições sindicais, em 96 já me torno uma dirigente na cidade de Maringá, e em 99 já me torno uma dirigente estadual.

De fato, em 1996 foi Secretária de Organização no Núcleo da APP-Sindicato de Maringá, e em 1999 passou a ser Secretária de Formação Sindical na direção estadual. Entre 2002 e 2005 foi Secretária Educacional e em 2005/2008 passou a ser Secretária de Organização

¹⁰ Na página do SINTERO consta uma informação um pouco diferente: “Em 2005 o Sintero teve a primeira presidente do sexo feminino, elegendo a professora Claudir Mata Magalhães de Sales para o triênio 2006/2008, sendo reeleita em 2008 para o triênio 2009/2011”. Disponível em: [Sintero](#). Acesso em: 16 maio 2022.

na CNTE. Em 2008 foi eleita Presidenta da APP-Sindicato por duas gestões consecutivas (2008/2011 – 2011/2014), sendo, como procura frisar, “*a segunda mulher presidenta deste sindicato em 70 anos! Há que se registrar isso, que é uma coisa bem absurda na nossa história, uma categoria de 90% de mulheres*”. Em 2014 foi Secretária de Finanças da APP-Sindicato, mas deixou o cargo para ir para a CNTE, onde foi eleita para a Vice-presidência, em 2017. Finalmente, Marlei foi, também, candidata à vereadora em 2016 e à deputada federal em 2014, pelo PT, ao qual se filiou em 1990.

Fátima Aparecida da Silva, mulher branca identificada com a cultura negra, 53 anos quando da entrevista, sem filhos. Pertencente à Articulação Sindical e filiada ao PT. Presidenta da FETEMS (1996/1998 e 1999/2002); Secretária de Relações Internacionais da CNTE (2005/2008, 2008/2011, 2011/2014, 2014/2017); Secretária Geral da CNTE (2017/2022); Vice-presidenta da IEAL para o Cone Sul.

Fátima, Secretária Geral da CNTE (2017/2021) e Vice-presidenta, para o Cone Sul, da IEAL, resume sua história de ativista dizendo que “*participo de todos os movimentos que tem*”; “*desde que eu entrei pra trabalhar como educadora eu sempre estive na liderança*”.

Então eu passei por várias fases: passei da escola [representante], depois pro município, depois pra região e depois eu fui presidente da Federação dos Trabalhadores da Educação de Mato Grosso do Sul e depois eu vim para CNTE.

Na CNTE foi também Secretária de Relações de Gênero¹¹ e Secretária de Relações Internacionais. Fátima conta que começou a ser ativista por iniciativa própria. Quando a CNTE ainda se chamava CPB, à época da Constituinte, Fátima vivia numa cidade fronteira ao Paraguai. Visitou outro município (Amambai) e viu uma faixa em frente a uma escola, com dizeres a respeito de uma paralisação. Vivendo praticamente no Paraguai, Fátima narra o que segue:

se lá não vai ter aula no Brasil, aqui também não vai ter. Então falei assim oh, vou pra Amambai e vou achar professor. Daí eu fui numa escola, [me apresentei e disse:] olha, eu sou de Coronel Sapucaia e começamos a trabalhar, e nós queremos entrar nesse negócio que está escrito na faixa e a

¹¹ Essa informação consta da entrevista. Nas Atas de Posse da Diretoria Executiva da CNTE nem sempre estão discriminados os cargos.

*faixa estava na frente da escola: “Dia 17 de abril não haverá aula no Brasil”.
E foi assim que eu comecei.*

Fátima lembra que se filiou ao PT na primeira eleição em que Lula participou (em 1986), elegendo-se deputado federal pelo estado de São Paulo.

Maria Teresa Leitão de Melo autoidentificou-se como mulher branca; 67 anos à altura da entrevista, três filhos. Pertence à Articulação Sindical e ao PT. Vice-presidenta do SINTEPE (1990-1992); Presidenta do SINTEPE (1993 a 2002); Secretária de Assuntos Educacionais da CNTE (1997/1999, 1999/2002); Secretária Geral da CNTE (2002); Membro do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco (1996/2002); Deputada estadual (Pernambuco).

Maria Teresa, ou Teresa Leitão, como é conhecida, é professora aposentada da Rede Pública Estadual de Pernambuco e deputada estadual há cinco mandatos pelo PT¹², ao qual se filiou no ano 2000. Ela explica dessa maneira sua carreira política:

Quando comecei não existiam sindicatos no setor público. Eu pertencia à direção da associação de Orientadores Educacionais. Após a Constituição começamos a discutir o processo de unificação das quatro associações da educação para fundar o sindicato. Após dois anos de debate e lutas conjuntas fundamos o sindicato e eu fiquei na primeira direção. Fui vice-presidente duas vezes e presidente três vezes, tendo que me licenciar do 3º mandato por conta da candidatura à deputada estadual.

Efetivamente, a carreira de Maria Teresa é absolutamente intensa. Ademais do que já explicou, foi membro do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco (1996/2002) e, na CNTE, ocupou cargos em vários períodos: Secretária de Assuntos Educacionais (1997/1999 e 1999/2002) e Secretária Geral (2002/2003). Maria Teresa tem cargos em lugares diferentes concomitantemente, mas esse é um desafio que lhe traz mais ganhos do que perdas:

A militância sindical deu um novo significado à minha vida profissional, tornando-a mais coletiva, com mais conteúdo político e requalificando as minhas ações no interior da escola. Na vida pessoal interferiu bastante também, em virtude das ausências. Por outro lado, a solidariedade familiar ajudou no entendimento político de todos.

Afirma, também, que sua filiação ao PT e sua atuação como parlamentar é decorrência da atividade sindical.

¹² Em 2022 Teresa Leitão foi eleita senadora pelo estado de Pernambuco.

Juçara Maria Dutra Vieira, autoidentificada como mulher branca, 68 anos quando entrevistada, três filhas. Filiada ao PT e membro da Articulação Sindical. Diretora do 30º Núcleo do CPERS/Sindicato (1987/1990 e 1990/1993); 2ª Vice-presidenta do CPERS/Sindicato (1993/1996); Secretária de Assuntos Educacionais da CNTE (1995/1997); Secretária de Relações Internacionais da CNTE (1997/1999); Vice-presidenta da CNTE (1999/2002); Presidenta do CPERS/Sindicato (1999/2002 e 2002/2005); Presidenta da CNTE (2002/2005 e 2005/2008); Secretária de Finanças e responsável pela Escola de Formação da CNTE (2008/2011); Vice-presidenta da Internacional da Educação (2004/2015).

A experiência de Juçara, única mulher presidente da CNTE na história desta, é igualmente rica. Com suas palavras suaves, Juçara atribui uma motivação particular para começar a ser ativista:

estando em Vacaria [no final dos anos 1970] eu praticamente ali iniciei a minha militância sindical, mas com uma outra origem, como eu era professora incentivava a parte cultural, a gente tinha grupo de teatro, tinha grupo de leitura, enfim... Então eu vim de uma outra, de uma outra sensibilidade por assim dizer, pro movimento sindical.

Mas a sequência de cargos que conformam sua carreira política assemelha-se a de suas colegas aqui citadas. Embora seja uma citação longa, vale a pena acompanhar sua narrativa:

Eu fui diretora do Núcleo em Vacaria de 87 a 93, (...) e em 93 eu vim para Porto Alegre na gestão do professor Paulo Egon [no CPERS] e fiquei aquelas gestões e acabei depois sendo presidente do CPERS de 99 a 2005. Duas gestões eu fui presidente, fui concomitantemente um período presidente da CNTE e do CPERS, foi um período assim, muito pesado da minha militância (...), passava uns dias da semana aqui [Porto Alegre] e outros dias lá [Brasília]. Então fiquei duas gestões lá também como presidente de 2002 a 2005, depois de 2005 a 2008, mas eu passei por várias secretarias. Quando eu iniciei, foi em 1995, eu fui secretária de assuntos educacionais, depois de relações internacionais, depois fui vice-presidente, depois fui presidente e quando eu saí da presidência por ter ido estudar na UnB, eu assumi a tesouraria porque o então presidente, professor Leão, me deu liberdade para organizar a Escola de Formação da CNTE, que se chama ESFORCE, e cujo produto mais importante é a Revista Retratos da Escola. (...)
Também enquanto eu estava na CNTE comecei a participar da IE, em 2004 num Congresso que aconteceu aqui em Porto Alegre. (...) eu ingressei como vice-presidente, fiquei três gestões e durante o período que eu estive na vice-presidência eu fui também presidente do comitê da mulher da IE, fizemos duas conferências, sistematizamos um pouco melhor o trabalho de gênero na IE. Em 2011 eu ainda estava na IE porque o mandato ainda ia até 2015, eu achei que isso não era incompatível com o fato de contribuir na gestão do governador Tarso Genro, mas eu me afastei da CNTE, por serem espaços diferenciados de atuação.

No governo Tarso Dutra Juçara ocupou uma “*assessoria superior*”, em seguida o cargo de Secretária de Direitos Humanos. Quanto ao PT, ela explica que fundou o partido em Vacaria (1987) e tem participado das direções estaduais e nacional do partido.

A sindicalista e professora separou-se quando estava grávida de sua terceira filha e vivia em Vacaria, cidade muito conservadora, segundo ela; por isso acredita que “*tal situação impulsionou sua luta pelos direitos das mulheres*”. Contudo, “*foi um período de muita solidariedade*”, tendo recebido apoio de amigas e amigos para conseguir criar suas filhas em meio ao trabalho e à militância.

Pelo que se observa, o que se repete na experiência das mulheres é o fato de que a *carreira militante* é exatamente isso: um galgar de postos de liderança sem intervalos, com grau de exigência cada vez maior, implicando no que Lenarduzzi (2017) chama de “*superação de provas existenciais*” com, algumas vezes, consequências para a vida familiar e para o que se espera de atitudes adequadas ao gênero feminino. Ainda usando a mesma autora, este é um caminho que exige aquisição de autonomia (o que algumas referências chamam de empoderamento) e no qual está presente a possibilidade de influência entre mulheres de diferentes gerações. O grupo analisado por Lenarduzzi, contudo, não possui algo que caracteriza o grupo deste estudo: reflexão sobre a própria condição de gênero. Continuarei a falar sobre isso em seguida.

4.2 Tornar-se feminista: processos e concepções

Algumas das mulheres enunciam diretamente que se tornar feminista teve um custo bastante grande. Por outra parte, desvelou um mundo de possibilidades e de novas pautas de companheirismo. Com efeito, a questão mais comum expressa nesse processo refere-se às responsabilidades familiares; em seguida vem o enfrentamento ao machismo.

Pela ideia de que às mulheres competem a organização e o cuidado da família, mesmo quando a docência permitiu a saída de uma parcela delas ao mundo público foi reconstruída a representação das suas responsabilidades, de forma que, para ter atividade externa aos trabalhos domésticos, as mulheres têm que continuar a encarregar-se de tudo. Dois elementos, aqui, merecem destaque: primeiro, a representação dessa nova mulher - a professora, recatada e respeitável (LOURO, 2001) - foi uma resposta cultural das ideias dominantes à pressão de mulheres educadas por seu ingresso na esfera pública. Segundo,

menciono apenas uma *parcela* das mulheres porque as mulheres pobres, as mulheres negras, sempre trabalharam para sobreviver, sempre foram agentes, mesmo invisíveis, atuando no mundo do trabalho. O peso de várias jornadas de trabalho e suas consequências para as responsabilidades familiares está, assim, sempre em voga quando falamos de “mulheres públicas”, tomando de empréstimo o título de Michelle Perrot (1998).

Todas nossas entrevistadas falam sobre isso de forma mais ou menos direta. Teresa comenta que sua participação na vida pública “*afetou minhas responsabilidades familiares, das quais muitas vezes fui ausente*”. Juçara, como já mencionei, relembra suas dificuldades para enfrentar uma sociedade que se surpreendia negativamente com o fato de que ela se separasse de seu marido ainda grávida, com outras duas filhas, e mantivesse atividades político-culturais nessas circunstâncias. Claudir assinala como foi difícil levar adiante seus compromissos políticos frente à falta de compreensão de sua família, e como isso afetou sua vida: “*Afetou muito, somos frutos de uma sociedade patriarcal. Assumimos todas as responsabilidades da casa e de outros espaços que conquistamos*”. É interessante pensar que são espaços “conquistados”, como se não tivéssemos o direito de estar em toda a parte.

As respostas de Marlei e Fátima, mais genéricas, não são menos esclarecedoras. Marlei exemplifica:

nós éramos sete mulheres numa direção de 15 pessoas. E das sete mulheres, cinco eram casadas e todas se divorciaram (...). É uma relação muito complexa a de dirigente sindical, de assumir muitas tarefas, de ser mãe ao mesmo tempo.

Já Fátima, que considera acertada sua decisão de não ter tido filhos, argumenta:

Eu posso fazer um comparativo com companheiras minhas, da mesma geração, que têm filhos e que começaram a militar no movimento sindical na mesma época que eu. São poucas que continuam na militância, na luta, são poucas que continuam tendo cargos, dentro do movimento sindical, muitas porque, ao ter filhos, param um pouco porque têm que se dedicar à criação desses filhos.

Realmente, as responsabilidades familiares são reconhecidas como o maior entrave à participação das mulheres nos sindicatos, incluídos aí, os de trabalhadoras/es em educação. Para Márcia Klumb Coronel (2014), em sua relação com o sindicato as

professoras podem sofrer dois tipos de obstáculo, que interagem com frequência. O primeiro deles é extrainstitucional, oriundo das próprias condições de gênero, como, por exemplo, o mito do amor materno e a consideração de que o espaço “natural” das mulheres é o doméstico. A representação que a sociedade e as próprias professoras têm de si as impediria de corresponder às expectativas da luta sindical, pois a participação nessa iria contra o devotamento que as mães dedicariam a sua prole, sendo, as professoras, mães emprestadas de suas e seus alunos. Além disso, o trabalho doméstico feminino também interfere nas possibilidades de atuação sindical, pela sobrecarga, falta de tempo, impedimentos colocados pelos cônjuges etc.

O segundo tipo de obstáculo é intrainstitucional - basicamente as relações sexistas presentes no sindicato. As mulheres sofrem pelo isolamento em momentos de decisões importantes e pela resistência dos homens (e das mulheres também) quando há candidaturas femininas ao cargo de direção das entidades sindicais, como nos revelou Claudir anteriormente.

Assim, seria possível, agora, seguir no tema do machismo e seu enfrentamento cotidiano; mas embora certamente se possa falar em machismo nas organizações sindicais, prefiro chamar a atenção sobre questões anteriores às práticas machistas: o fato é que os sindicatos também são organizações da esfera pública. Portanto, são espaços historicamente masculinos (HUMPHREY, 1983) que estão sendo disputados pelas mulheres. Seus artifícios são de natureza cultural; buscam mudar a representação sobre quem pode estar naquele espaço, e nesse caminho há muitos desafios. Nessa perspectiva, Claudir continua seu raciocínio dizendo que o sindicato é especialmente masculino quando se pensa o cargo de presidente:

Hoje já avançamos bastante, na nossa executiva [refere-se ao SINTERO] somos mais mulheres que homens. Elegemos a segunda presidenta, mulher, negra e muito guerreira. Mas ainda existem situações em que se fala que seria melhor um homem (...).

Em síntese, diz ela, “as mulheres têm outras ocupações, casa, filhos, trabalhos domésticos e participam menos. E ainda são boicotadas quando é para ocupar espaço de poder”.

Quem fala a respeito disso, também, é Marlei. Seu relato é contundente:

O movimento sindical é exclusivamente masculino, mesmo num sindicato de trabalhadoras em educação, onde nós somos 90%, ele é exclusivamente masculino. É impressionante isso. E nós, mulheres, sofremos muito no

movimento sindical. É muito difícil você ultrapassar as barreiras do machismo e da competência, você tem que ser muito mais competente do que os homens são. Você tem que demonstrar o triplo dessa competência para o mundo sindical, para você, por exemplo, conseguir atingir, chegar a uma presidência de um sindicato de trabalhadoras em educação (...).

Nós temos que provar o tempo todo que nós somos capazes (...), muitas vezes nós nos confrontamos com... ser mais feminina ou ser menos feminina, pra você ser do movimento sindical tem que berrar como os homens, então às vezes a gente se desconfigura, inclusive, sabe? É um processo muito dolorido.

Fátima parece concordar com a ideia apresentada por Marlei, ao dizer que:

os espaços de poder dentro do movimento sindical da América Latina, movimento sindical brasileiro são masculinos; ainda é um poder masculino, não é um poder feminino. Então a gente não pode dizer assim, oh, olha, nós dentro da CNTE temos mulheres empoderadas, secretaria geral é mulher, tesouraria é mulher, esta é a primeira gestão com paridade [2017/2021], mas não é uma realidade no seu conjunto, embora a gente tenha incluído, a gente tem um largo passo a concretar.

Juçara se detém bastante no assunto. Ela parte do estabelecimento histórico das mulheres na docência, para ver a gênese da divisão sexual de tarefas no campo da educação. Vê as consequências dessa gênese, inclusive, no campo sindical: “os homens são mais motivados a participar desses espaços. Então, acho que é uma luta política, é uma luta cultural, depois ela se refletirá na institucionalidade, também, porque a lei é sempre posterior ao fato social”.

Com isso ela quer dizer que o estabelecimento de cotas, por exemplo, não existe sem a pressão prévia das mulheres; não é uma norma a-histórica que se aplica às relações sociais, mas já é um resultado das disputas concretas, que vão produzindo novas representações culturais.

Por outra parte, isso se multiplica em vários espaços; o que ocorre no sindicato, ou na CUT, ou na CNTE, ou nos núcleos sindicais etc., espelha as contendas que se desenvolvem dentro das próprias correntes político-sindicais, em seu afã por impor sua significação particular como orientação geral ao grande grupo. As correntes também têm que dar respostas às pressões por discussão e elaboração de propostas. Em suma: é assim, que se produzem e se reproduzem conteúdos culturais; no caso que discutimos, nossas representações de gênero.

Juçara igualmente conta das grosserias machistas que teve de ouvir em sua carreira, com as tentativas, que alguns homens costumam exercitar, de deixar desconfortável mulheres em posições de mando, de intimidá-las, desqualificando-as. Às vezes as respostas terminam por reproduzir as práticas dominantes, como quando as mulheres copiam um perfil masculino para serem respeitadas. Não obstante, recordações mais agradáveis afirmam um caráter produtivo da elaboração cultural, pelo apoio entre as mulheres, como ela expressa em outra entrevista:

E vejo que, então, produzir um sujeito mais coletivo é muito mais constante do que você produzir um líder que, depois, pode não se repetir. Penso que isso é uma grande contribuição das mulheres ao movimento, porque conseguem dar conta das suas insuficiências trabalhando de forma mais coletiva. Claro, nenhuma está imune e isenta das disputas ideológicas, da luta pelo poder (...) (FERREIRA *et alii*, 2017, p. 13-14).

Observe-se que são dois os focos dessa análise, em termos de empoderamento feminino. Um, a importância da sororidade para formar novos quadros femininos – o empoderamento é algo que se produz coletivamente; dois, a importância das cotas para permitir o exercício de uma nova construção cultural: a de que as mulheres também podem dirigir uma organização sindical. Transparece um desafio: ser mulher dirigente sem replicar o comportamento masculino de imposição de argumentos. Como já comentado (FERREIRA, 2011), as formas de elaborar discursos são diferentes conforme o gênero.

E, aqui, chegamos à temática dos feminismos. Claudir resume o significado do feminismo dizendo que é o “*direito de ser diferente com direitos iguais*”. Nessa linha, vê-se como feminista “*desde quando tive compreensão de que por ser mulher tinha que ser respeitada, ter os direitos reconhecidos e oportunidades iguais aos homens, inclusive de remuneração*”.

Maria Teresa conceitua feminismo como “*um processo histórico de construção da democracia e busca do socialismo, no qual a condição de ser mulher ultrapassa critérios biológicos*”. Considera-se feminista

porque concordo com os princípios do feminismo e aprendo muito ao entender a minha condição de mulher no mundo e na atividade política através deste olhar; desde que comecei a participar mais ativamente desta pauta, dando-lhe voz, tempo de militância e aprendendo com outras mulheres.

Marlei conta que começa a se reconhecer como feminista em 2001/2002, a partir dos debates da Secretaria de Gênero da APP. Ela, que é militante da Marcha Mundial das Mulheres, diz que quando iniciou a assumir-se feminista, desenvolvendo participação mais radical no cotidiano sindical, seus companheiros mais próximos

começaram a dizer que eu também estava ficando “azedada”. Esse era o termo que eles usavam. Porque a gente começa a fazer as cobranças, a gente começa a questionar os espaços, a gente começa a não aceitar mais as brincadeiras, as piadinhas, toda essa organização machista que tem. O movimento sindical é muito duro com as mulheres. É muito duro com as mulheres. Enfim, a gente tem uma ruptura mesmo ali também, né? (...). Quando eu fui presidenta foi mais difícil ainda. Acho que ainda vou escrever sobre esse período histórico porque o sindicato ficou 40 anos sem ter nenhuma mulher na presidência e quando tem uma mulher o debate foi muito diferenciado, o tratamento foi muito diferenciado.

Juçara e Fátima definem feminismo de maneira semelhante. Juçara fala em “*luta pela igualdade com respeito às diferenças*”. Frisa que “*a igualdade tem que ter base material, a igualdade tem que ter base cultural, então eu acho que também faz parte da luta de classes*”. Fátima diz que feminismo é a “*essência de entender que a equidade e a igualdade entre homens e mulheres são um processo de construção, um processo de superação de gerações*”. Por isso, mesmo que não saiba ainda, “*na medida em que a mulher toma alguma decisão que supere sua condição do seu papel ‘imposto enquanto mulher’, ela é uma feminista*”.

Como se vê, elementos caracterizadores de diferentes compreensões de feminismo estão presentes e mesclados em várias das conceituações. As mulheres entrevistadas indicam a centralidade do gênero para o entendimento das desigualdades sociais; passam à consideração da base material para explicitar as desigualdades (classe); chegando ao reconhecimento das diferenças não apenas entre homens e mulheres, mas também entre mulheres, acercando seus conceitos à ideia de interseccionalidade.

Finalmente, cabe refletir sobre como ocorrem as articulações entre mulheres feministas e sobre o que elas atuam no campo sindical. Como dito anteriormente, não existe um consenso absoluto no que se refere à propriedade da abordagem dos problemas das mulheres dentro dos sindicatos. Isso é bastante real não apenas para homens, mas para mulheres também, porque a referência para essa falta de consenso é a de que o sindicato é um organismo da luta de classes, e outros focos relacionados à desigualdade social

poderiam diminuir o impacto desse tipo de luta. Não obstante, foi o reconhecimento de que havia mulheres com ideias diferentes que deu origem a este estudo. Então, sabemos que as sindicalistas aqui entrevistadas têm outro ponto de vista.

Com efeito, todas as sindicalistas referem-se a iniciativas levadas adiante por intermédio da CNTE e da IE, quanto a políticas de divulgação sobre a situação das mulheres, formação e estruturação das entidades para permitir uma atenção maior aos problemas de gênero. Trata-se, por exemplo, da participação em redes, como na IEAL e na Marcha Mundial de Mulheres; da divulgação de campanhas, tais como as contrárias ao feminicídio e outras formas de violência; da formação e divulgação em torno aos temas do gênero, como aquelas produzidas pela CNTE, por meio da Revista Matria etc. Nessa linha, indica Claudir: *“a informação a milhares de trabalhadoras em educação no país inteiro como uma tomada de decisão no direito da mulher e na sua busca por políticas públicas em cada canto desse país”*.

Teresa fala na inclusão de pontos nas pautas sindicais, *“como educação não sexista e direito das mulheres”*; na realização de seminários de formação; na elaboração da Revista Matria; e nos encaminhamentos para a criação de secretarias de políticas para mulheres na estrutura dos sindicatos de base.

Fátima menciona, além disso, a inclusão na agenda de questões como licença maternidade e amamentação; o direito de a mulher decidir sobre seu próprio corpo; creches nos congressos sindicais; e a implementação de cotas em vários espaços de expressão política. A isso Marlei acrescenta que a atividade consciente da CNTE em relação aos temas das identidades de gênero demanda organicidade aos sindicatos de base. E, se há grupos contrários, eles não se manifestam de forma objetiva: *“simplesmente vão embora e não vão tocar a política. Mas não têm a capacidade de fazer o contraponto, de se expressar de forma contrária a essas políticas”*.

E Juçara considera que tudo isso acontece em função da paulatina consciência trazida pelos movimentos feministas:

de alguma forma, eles mostram que as mulheres têm condição também de exercer seu poder, porque uma das coisas mais desafiadoras para as mulheres é participar dessa disputa pelo poder de forma consciente: “é um exercício de poder e eu tenho as mesmas condições de participar”.

5 Palavras finais

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 2011).

A análise apresentada neste texto esteve baseada no reconhecimento de perspectivas feministas que têm por objeto trazer a discussão para o marco das lutas de grupos específicos, que não se sentem totalmente representados por elaborações feitas em outros contextos. Essas perspectivas têm se expressado em forma de movimentos que estão cruzando as fronteiras - especialmente quanto ao que nos interessa - da América Latina, desenvolvendo uma crítica radical não apenas ao machismo, mas ao heterossexismo, ao racismo, ao neoconservadorismo e ao enquadre patriarcal que continua submetendo as mulheres em nossos países.

Deste ponto de vista, no campo particular do estudo, ou seja, no sindicalismo em educação, primeiramente apresentei dados que permitem uma aproximação ao tema da representação feminina em espaços de poder, constatando-se certa ampliação da quantidade de mulheres nas direções e uma boa ampliação da presença delas em cargos de maior poder, nos últimos anos. Em seguida, busquei conhecer as posições de experientes ativistas mulheres em relação às interações entre movimento sindical e lutas contrárias a desigualdades de gênero e de diversidade sexual. Conhecemos mulheres que incorporaram em suas práticas a defesa de uma concepção que podemos chamar de interseccional, buscando fazer com que seus sindicatos discutam, denunciem e tenham influência sobre a formulação de políticas públicas em relação a gênero e outras pautas de grupos identitários, revertendo em avanços em direitos sociais. Os feminismos dessas mulheres, também, não implicam somente numa consciência individual: elas percebem que a luta tem de ser coletiva, até mesmo transnacional, algo que as organizações sindicais, ao menos em nível de planejamento, têm procurado estimular.

Aqui, cabe apresentar algumas ideias que se manifestaram durante o estudo. Uma primeira, que ganhos na agenda de direitos têm que ser conectados a ganhos em termos de poder. Sem maior poder e representação, não há como manter o que foi ganho quando o contexto e as relações de poder mudam.

Segunda ideia: a interseccionalidade tem que atuar com força durante as lutas. Desigualdades salariais e nas relações de trabalho, racismo, misoginia, homofobia etc., atuam conjuntamente, portanto as respostas têm que ser conjuntas, sem perder de vista que elas atuam no marco de um capitalismo transnacional e cada vez mais predador.

Terceira ideia: não há como desconsiderar a movimentação objetiva das forças políticas e dos movimentos sociais no Brasil atual. Em poucos anos temos uma sequência de fatos que ainda surpreende nossas análises, porque muitas das conquistas obtidas desde a nova Constituição têm sido contestadas e retiradas. Temos as jornadas de junho de 2013, que se alastraram por muitíssimas cidades do país, e que foram inicialmente motivadas pela reivindicação de redução no preço das passagens urbanas, mas que se estenderam em direção a outras reivindicações, ou insatisfações, e revelaram a existência de grupos de direita organizados. Temos os protestos pró-impeachment em 2015. Em seguida, o golpe propriamente dito contra Dilma Rousseff¹³. A prisão do ex-presidente Lula, em 7 de abril de 2018¹⁴. A greve dos caminhoneiros, em maio de 2018. Por fim, o êxito eleitoral do projeto ultraconservador capitaneado por Jair Bolsonaro, que assumiu a presidência do país em janeiro de 2019. O significado do ultraconservadorismo no poder está sinalizado em nosso cotidiano de forma tão profunda que não me parece necessário mencioná-lo de forma mais precisa às pessoas que se interessam por textos com a natureza deste. Mas cabe dizer, mais uma vez, que precisamos combater o legado do ultraconservadorismo:

¹³ Em 2 de dezembro de 2015, o então Presidente da Câmara de Deputados Eduardo Cunha aceita solicitação de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, afastada definitivamente da Presidência em 31 de agosto de 2016. Sua retirada do cargo foi baseada na acusação de crime de responsabilidade fiscal, em função de o governo estar atrasando o pagamento de empréstimos a bancos públicos e privados que participavam do financiamento de programas sociais, prática corriqueira, aliás, entre governantes brasileiros. Tal processo tem sido chamado por vários autores de “golpe parlamentar” porque o atraso no pagamento de empréstimos não poderia ser considerado crime, ou seja, a deposição da presidenta não ocorreu por motivos consistentes. Veja-se, por exemplo: Gugliano; Seifert Jr.; Pozzo (2019).

¹⁴ A prisão de Lula, por 580 dias, terminou quando o STF decidiu que não pode haver prisão após condenação em segunda instância. No dia 22 de junho de 2021, o STF manteve decisão de declarar a suspeição do juiz Sérgio Moro, determinada por sua Segunda Turma em 23 de março

precisamos continuar atuando com empenho contra a misoginia, o racismo, o fascismo, a homofobia etc., em todas as esferas sociais.

Quanto ao empreendimento científico propriamente dito, me parece que a análise do campo sociológico deve continuar a tentar melhor compreender os feminismos que visualizamos no contexto. No âmbito deste texto, apenas resenhei uma pequena parcela do desenvolvimento das lutas das mulheres no cenário da “quarta onda”, especialmente no que se refere ao sindicalismo em educação.

REFERÊNCIAS

- ANZALDÚA, Gloria. *La conciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência*. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista; conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 323-339.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. 1ª reimp. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo; a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista; conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 313-321.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro; conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019a.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição*. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista; conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b. p. 271-310.
- CONFEDERAÇÃO DE PROFESSORES DO BRASIL. *Ata de posse da Diretoria da CPB, biênio 89/91*. Brasília, 1989.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. *Ata de posse da Executiva Nacional, biênio 93/95*. Brasília, 1993.
- CORONEL, Márcia Cristiane Völz Klumb. *Gênero e sindicalismo docente: uma análise da produção acadêmica na pós-graduação*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/3231>. Acesso em: 18 maio 2023.
- DANTAS, Adenilde de Souza. *Lentes de gênero sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE)*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/7213>. Acesso em: 18 maio 2023.

DAVIS, Angela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. Iª Jornada Cultural Lélia Gonzales, São Luís, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em: 17 maio. 2023.

EDUCATION INTERNACIONAL. *Gender Equality Action Plan 2020-2023*. 2020. Disponível em: <https://www.ei-ie.org/en/item/25125:gender-equality-action-plan-2020-2023#:~:text=The%20Gender%20Equality%20Action%20Plan,Promoting%20women's%20economic%20empowerment>. Acesso em: 18 maio 2023.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Desconforto e invisibilidade: representações sobre relações de gênero entre sindicalistas docentes. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 47, p. 15-40, jun./2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/n47/02.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

FERREIRA, Márcia O. V. “Falar sobre gênero é falar lá no oitavo de março” – trajetórias de mulheres sindicalistas e seus posicionamentos sobre a importância do gênero no sindicato e na escola. *Currículo sem Fronteiras*, v. 21, n. 1, p. 335-360, jan./abr. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v21.n1.17>. Acesso em: 20 jun. 2023.

FERREIRA, Márcia O. V. Introduzindo a diferença: gênero e diversidade sexual entre mulheres sindicalistas docentes. In: BAUER, Carlos et alii (orgs.). *Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil – com escritos sobre a Argentina, Colômbia, Inglaterra, Japão e Peru*. v. 3. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. p. 247-260.

FERREIRA, Márcia O. V. Pesquisando gênero e sindicalismo docente: à procura de um referencial para uma temática transdisciplinar. In: DAL ROSSO, Sadi (org.). *Associativismo e sindicalismo em educação – organização e lutas*. Brasília: Paralelo, 2011. p. 29-46.

FERREIRA, Márcia O. V. *Sindicalismo docente, mulheres e representações de gênero*; delineamento final. Pelotas: FaE-UFPel/CNPq, 2018. 121p. Relatório de Pesquisa.

FERREIRA, Márcia O. V.; CORONEL, Márcia C. V. K. Vozes morais e representações de gênero entre sindicalistas docentes. In: SILVA, Márcia Alves da; MEIRA, Mirela Ribeiro (orgs.). *Mulheres trabalhadoras*; olhares sobre fazeres femininos. Pelotas: Editora da UFPel, 2012. p. 37-65.

FERREIRA, Márcia O. V.; ORSATO, Andreia; CORONEL, Márcia C. V. K.; SANTOS, Luciano P. Gênero e representação política: um estudo sobre a representação sindical de trabalhadoras/es em educação. *Inter-Ação*, Goiânia, v.43, n.3, p. 681-699, set./dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v43i3.46058>. Acesso em: 20 jun. 2023.

FERREIRA, Márcia O. V.; SANTOS, Luciano P.; CORONEL, Márcia C. V. K.; ORSATO, Andreia. Políticas sindicais para gênero e diversidade sexual; entrevista com Juçara Maria Dutra Vieira. *Cadernos de Educação*, Pelotas, n. 57, p. 3-26, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/12805>. Acesso em: 20 jun. 2023.

GUGLIANO, Alfredo; SEIFERT, Jr., Carlos; POZZO, Flavio Dal. A democracia brasileira caminhando para trás: a “democracia impedida” de Wanderley Guilherme dos Santos e o debate sobre o golpe de 2016. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 13, n.1, p. 200-207, jan./abr. 2019. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/64412/52512>. Acesso em: 18 maio 2023.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Introdução. In: _____ (org.). *Pensamento feminista; conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 9-21.

HUMPHREY, John. Sindicato; um mundo masculino. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 47-52, abr. 1983.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2021*. Brasília: INEP, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 18 maio 2023.

INTERNACIONAL DE LA EDUCACIÓN. *Plan de Acción para la Igualdad de Género 2015 – 2019*. 2016. Disponível em: http://download.ei-ie.org/Docs/WebDepot/EI_GEAP_2015_SPA_web.pdf. Acesso em: 18 maio 2023.

LENARDUZZI, Zulma Viviana. *Generaciones de Profesoras Sindicalistas Argentinas: fragmentos de historia (1984-2016)*. 2017. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista; conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 235-236.

LOURO, Guacira L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: UNESP/Contexto, 2001. p. 443-481.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista; conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357-377.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n.36, p. 67-92, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/06.pdf>. Acesso em: 18 maio 2023.

MAZETO, Walkiria Olegario. *A luta sindical tem gênero? As demandas das docentes da rede estadual de educação do Paraná nas deliberações da APP-Sindicato*. 2021. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=113494&idpograma=40001016001P0&anobase=2021&idtc=1758>. Acesso em: 18 maio 2023.

MENDES, Karoliny. *A valorização da mulher docente na pauta sindical*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/68715/R%20-%20D%20>

[%20KAROLINY%20MENDES.pdf?sequence=1&isAllowed=y](#). Acesso em: 18 maio 2023.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.

SANTOS, Luciano Pereira dos. Políticas LGBTQ+ em sindicatos de trabalhadoras/es em educação. 2020. 240f. Tese (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=10395612. Acesso em: 18 maio 2023.

SILVA, Glaucia Maria dos Reis. *Feminismo e classismo: memórias, relações e disputas no Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6125>. Acesso em: 18 maio 2023.

SIMÕES, Solange. As mulheres das Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres são feministas? In: MATOS, Marlise; ALVAREZ, Sonia. *Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil: expressões feministas nas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres*. V. 2 Porto Alegre: Zouk, 2018. p. 57-86.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos; dominação, trabalho e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ÜCKER, Carmen Beatriz Lübke. *A participação feminina no Sindicato de Trabalhadoras/es em Educação: uma análise acerca do 24º Núcleo do CPERS/SINDICATO*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019. Disponível em:

<http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/5645>. Acesso em: 18 maio 2023.

VIEIRA, Amanda. São dois pra lá, duas pra cá. *Revista Matria*, Brasília, n. 15, p. 41, mar. 2017. Disponível em: [Revista Matria 2010 \(cnte.org.br\)](http://Revista Matria 2010 (cnte.org.br)). Acesso em: 15 maio 2023.

Como referenciar este artigo:

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Um estudo sobre feminismos e atuação de mulheres em sindicatos da educação. *D'Generus: Revista de Estudos Feministas e de Gênero*. Pelotas: UFPel. v. 02, n. 01, p. 03-34, 2023. ISSN: 2764-9938. DOI: <https://doi.org/10.15210/dg-revista.v2i1.25198>